

O Caso Mannesmann

16.4.66

Rubem Braga

O DEPUTADO Vieira de Melo tem razão nas críticas feitas ao governo pelo encaminhamento do caso Mannesmann, mas não vejo que utilidade terá a convocação do ministro da Fazenda. Com aquela sua conversa lenta e sonolenta o sr. Bulhões irá apenas dizer coisas mais ou menos sabidas, e acabará explicando que o caso não é mais tratado pelo seu Ministério e sim pelo Itamarati.

Quando se resolveu mandar à Alemanha o embaixador Edmundo Barbosa da Silva senti que as promessas governamentais de providências energicas em defesa dos particulares lesados pela empresa alemã não iriam ser cumpridas. Não faço restrição alguma à capacidade do embaixador Edmundo Barbosa da Silva, nem se trata disso. O caso é que nosso governo não tinha motivo nenhum para mandar um representante especial seu à Alemanha. Ao governo alemão é que caberia, se entendesse que não bastava a atuação de seu embaixador aqui, enviar ao Rio um embaixador especial. O problema era dele. O que incumbia ao nosso governo era tomar uma atitude firme, marcando um prazo curto e fatal para o pagamento dos títulos, e, findo este, adotar a sugestão proposta pelo governador Israel Pinheiro: pagar integralmente as promissórias e transformá-las depois em ações ordinárias da empresa. A Mannesmann, ao que tudo indica, é uma empresa economicamente sadia, e uma boa parte de sua prosperidade foi custeada com esse dinheiro levantado no mercado paralelo. Admitir que os alemães ignoravam a emissão desses títulos é de uma parvoíce completa; ninguém ignora a existência de uma operação com a qual se locupleta largamente.

O que está acontecendo era fatal sob este governo. Sempre que houver algum conflito em que se enfrentem interesses nacionais e interesses de capitalistas estrangeiros, a decisão será a favor dos últimos. Vimos isso no caso da Kanna e das empresas elétricas: a preocupação de nosso governo é «eliminar áreas de atrito». A política é de ceder, de entregar, de ter prejuízo, de ser «otário» para não diminuir os sagrados interesses dos capitalistas estrangeiros. E a função de nossa diplomacia é bem triste: no lugar de defender os interesses da economia nacional ela se encarrega de buscar fórmulas que acredita capazes de ludibriar a opinião pública, apresentados como normais e razoáveis atos de espoliação praticados aqui dentro pelas empresas estrangeiras graças à habilidade de seus advogados brasileiros — muitos deles instalados nos postos mais importantes do governo.

Só não vejo para que meteram em tudo isso um general. Fará mesmo o governo questão de mostrar que as Forças Armadas estão coniventes com esses atos de entreguismo?